



XXVIII Encontro Estadual de Geografia do Rio Grande do Norte – EGEORN
Geografia Potiguar: Dinâmicas Territoriais e Desafios Contemporâneos
08 a 11 de outubro de 2025, UFRN – Campus Central, Natal - RN

ATLAS ESCOLARES NA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA CRÍTICA: ENTRE REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS

Kathe Ellen Sousa Costa¹

*(Mestranda em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
kathesousa.costa@gmail.com)*

Juliana Felipe Farias²

*(Docente do Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte
juliana.farias@ufrn.br)*

Giovanna Guadalupe Cordeiro de Oliveira³

*(Graduanda em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 84 999649866,
giovanna.cordeiro.106@ufrn.edu.br)*

Wislon Pessoa Freire Júnior⁴

*(Graduando em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 84994009096,
wislonfreire@gmail.com)*

Alicia Gabriele Aquino Pereira⁵

*(Graduanda em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 84994470065,
alicia.gabriele12@gmail.com)*

RESUMO

A educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento de uma nação, e investir no ensino é um passo crucial para assegurar a sua qualidade e crescimento. Com base nessa premissa, este trabalho se propõe a discutir como os atlas escolares podem se constituir em materiais didáticos com potencial para promover uma educação geográfica crítica, considerando um recorte local que dê sentido ao processo de aprendizagem dos alunos, a partir de práticas em sala de aula. Como metodologia, utilizou-se primeiramente a pesquisa bibliográfica e realizou-se a aplicação do atlas em atividades pedagógicas com estudantes do Ensino Médio, por meio de oficinas que integraram teoria e prática. Com o objetivo de analisar o material proposto. Conclui-se que o material apresentou aspectos positivos para o suporte dos professores, maior engajamento dos alunos e como sendo uma ferramenta inclusiva e representativa para o ensino de geografia de forma prática.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino; Geografia; Atlas Escolar; GEOPOTY; Rio Potengi.

Identificação do GT

GT5: Ensino de Geografia

1 INTRODUÇÃO

Transpor os conteúdos geográficos do seu teor acadêmico para se tornar um conteúdo escolar, é uma das dificuldades enfrentadas quando o assunto é Ensino de Geografia, como afirma Cavalcanti (2008). Essa transposição exige não apenas a simplificação de conceitos, mas a reorganização dos saberes de modo que dialoguem com o cotidiano dos alunos, sem perder o rigor científico. O professor, nesse contexto, atua como mediador entre o conhecimento

sistematizado e a realidade vivida pelos estudantes, selecionando temas, estratégias e abordagens que permitam a construção de um pensamento geográfico crítico e contextualizado.

Dessa forma, iniciativas que possibilitem a adequação de conteúdos originalmente marcados por uma linguagem técnica ou acadêmica, para sua aplicação no ambiente escolar, configuram-se como estratégias válidas e potentes para promover uma educação geográfica que seja, ao mesmo tempo, crítica, significativa e conectada com a realidade dos sujeitos.

É a partir dessa perspectiva que surge a proposta de desenvolvimento de um atlas escolar sobre o estuário da Bacia Hidrográfica do Rio Potengi (BHRP), localizado no município de Natal, no estado do Rio Grande do Norte, a partir de pesquisa desenvolvida pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, Mestrado e Doutorado Profissional (GEOPROF). Intitulado GEOPOTY, o material tem como objetivo apresentar conteúdos geográficos a partir do recorte do estuário do Potengi, utilizando uma linguagem adequada ao contexto escolar e valorizando a Geografia enquanto ciência humana e natural.

Desse modo, este trabalho se propõe a discutir como os atlas escolares podem se constituir em materiais didáticos com potencial para promover uma educação geográfica crítica, considerando um recorte local que dê sentido ao processo de aprendizagem dos alunos, a partir de práticas em sala de aula.

2 ATLAS ESCOLARES COMO MATERIAIS DIDÁTICOS NA GEOGRAFIA

Segundo o IBGE (2009), o atlas trata-se de uma coletânea de produtos cartográficos, sobre um determinado recorte, entretanto, os atlas escolares visam romper com a ideia de ser uma obra expressamente cartográfica, mas sim, um material problematizador com espaço representado pelo atlas.

Dessa forma, os atlas escolares não se limitam à apresentação técnica de dados espaciais, mas assumem uma postura pedagógica, voltada à valorização dos saberes locais, das múltiplas dimensões da paisagem e da formação cidadã dos estudantes. Eles tornam-se, assim, instrumentos didáticos que contribuem para o desenvolvimento do pensamento espacial e crítico, ao mesmo tempo em que favorecem o reconhecimento do lugar em que os sujeitos estão inseridos como campo legítimo de investigação geográfica.

A utilização de atlas escolares municipais e/ou locais, na perspectiva crítica, implica portanto, uma mudança de postura no ensino de Geografia, que passa a considerar os estudantes como sujeitos ativos do processo de construção do conhecimento. O atlas deixa de ser apenas

uma fonte de informação e passa a ser também um provocador de questionamentos, capaz de estimular o olhar investigativo, o diálogo com o cotidiano e a leitura crítica da realidade, conferindo sentido ao conteúdo, justamente por estar ancorado em um recorte espacial significativo para os estudantes.

Bueno (2018, p. 81) afirma que “a proposta dos atlas escolares municipais vem suprir a necessidade de um material específico, que leve os alunos a uma consciência da espacialidade dos objetos, dos fenômenos que eles vivenciam, como parte da história social”. Portanto, ao abordar conteúdos geográficos como relevo, vegetação e população por meio de representações cartográficas e imagéticas locais, o atlas escolar desperta nos alunos a noção de lugar, ao mesmo tempo em que possibilita a compreensão dos fenômenos em uma perspectiva global articulada ao contexto local.

A produção de atlas escolares com recorte local, como atlas municipais, ou mesmo de bacias hidrográficas, como no caso do GEOPOTY, representa uma estratégia didática potente no ensino de Geografia. Esses materiais possibilitam que os estudantes identifiquem-se com os conteúdos, pois reconhecem o território em que vivem como objeto legítimo de estudo. Assim, o espaço vivido se transforma em campo de investigação, permitindo conexões entre os fenômenos globais e suas manifestações locais, ampliando o engajamento e a compreensão crítica dos processos geográficos. Nesse sentido, como aponta Bueno (2018), ao reconhecerem-se nos territórios representados, os alunos desenvolvem maior consciência da espacialidade dos fenômenos vivenciados no cotidiano, atribuindo sentido às aprendizagens e compreendendo as dimensões históricas e sociais do espaço.

Ao envolver a comunidade escolar na elaboração ou utilização de atlas com recorte local, como ocorre no projeto GEOPOTY, promove-se também uma prática pedagógica mais participativa e interdisciplinar. Professores, alunos e moradores passam a ser coautores do conhecimento geográfico, construindo leituras coletivas sobre o espaço vivido e refletindo criticamente sobre os desafios e potencialidades do território. Com isso, a educação geográfica se aproxima dos princípios da educação ambiental crítica, ao articular saberes diversos, promover o diálogo entre escalas e estimular o protagonismo dos sujeitos na transformação do lugar onde vivem.

Nesse sentido, Oliveira Júnior (2011) destaca que o desenvolvimento de um atlas escolar deve considerar a diversidade das imagens, suas fontes, enquadramentos e ângulos, pois isso permite compreender que um lugar é construído por diferentes olhares, que se tensionam ou se

complementam, compondo uma representação plural do território. A multiplicidade imagética favorece uma leitura crítica e sensível do espaço geográfico, ao mesmo tempo em que valoriza as percepções individuais e coletivas dos estudantes. A fotografia, como linguagem, possui o potencial de despertar a curiosidade e aproximar os discentes do conteúdo geográfico por meio de uma experiência estética e interpretativa.

Como afirma Costa e Silva (2023), ao comunicar sobre paisagens formadas pelas interações entre sociedade e natureza, a imagem permite transpor a teoria para uma vivência mais concreta do espaço, ampliando a compreensão dos sujeitos sobre o território vivido e sobre lugares não explorados no cotidiano. Contudo, os mesmos autores alertam para a necessidade de um uso planejado das imagens, que leve em consideração seus aspectos geográficos e seus objetivos pedagógicos. Assim, no GEOPOTY, a fotografia não é apenas um recurso ilustrativo, mas um instrumento didático que integra a proposta de formação crítica e emancipada dos estudantes, contribuindo para consolidar o atlas como um material educativo contextualizado, interdisciplinar e sensível às realidades locais.

3 EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E AMBIENTAL CRÍTICA

A educação geográfica crítica e a educação ambiental crítica convergem em seus princípios fundamentais, pois ambas buscam superar abordagens meramente descritivas, propondo uma leitura transformadora e emancipatória do espaço e das relações sociedade-natureza.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular, “estudar Geografia é uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive, na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta” (Brasil, 2018). Além disso, quando se refere ao Ensino Médio, onde a Geografia faz parte das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a BNCC afirma que é o papel das Ciências Humanas, incentivar o protagonismo juvenil, por meio do uso de múltiplas linguagens — como as textuais, cartográficas, digitais e artísticas — e da valorização de práticas investigativas, como trabalhos de campo, entrevistas e consultas a acervos, promovendo o desenvolvimento de habilidades para identificar e solucionar problemas de forma colaborativa (Brasil, 2018).

A Educação Ambiental, no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 9.795/99, é entendida como um processo educativo permanente, que visa

à formação de sujeitos conscientes, críticos e atuantes na construção de uma sociedade sustentável. De acordo com Loureiro (2006), a Educação Ambiental crítica ultrapassa práticas pontuais ou meramente informativas, ao propor uma abordagem integrada, interdisciplinar e politizada da realidade. Para o autor, ela deve promover a compreensão dos conflitos socioambientais, da lógica de exploração da natureza e das desigualdades sociais, contribuindo para a emancipação dos sujeitos e para a transformação estrutural da sociedade.

Diante disso, percebe-se que tanto a educação geográfica quanto a educação ambiental, em suas vertentes críticas, compartilham o compromisso com a formação de sujeitos capazes de interpretar e intervir no espaço em que vivem. Ambas propõem práticas pedagógicas que valorizam a leitura do território como construção histórica e social, reconhecendo os conflitos e as contradições presentes nas relações sociedade-natureza. Essa convergência evidencia a importância de uma abordagem educativa que promova o pensamento crítico, a participação cidadã e o engajamento ativo dos estudantes na busca por transformações socioambientais sustentáveis.

É nesse contexto que o GEOPOTY surge como uma proposta que materializa os princípios da educação geográfica crítica ao conceber o atlas não apenas como instrumento de leitura técnica do espaço, mas como mediador de sentidos, identidades e disputas territoriais. A escolha pela Bacia Hidrográfica do Rio Potengi como recorte espacial permite que os estudantes reconheçam as dinâmicas do seu entorno e problematizem questões como urbanização desigual, degradação ambiental, uso dos recursos hídricos e pertencimento territorial. Ao incorporar mapas temáticos, imagens históricas e contemporâneas, fotografias de paisagens locais, além de linguagens cartográficas acessíveis, o atlas estimula uma leitura que vai além da descrição: convida à análise das transformações espaciais e sociais.

Os desafios enfrentados no ensino de Geografia são múltiplos e vêm sendo discutidos por diversos autores. Callai (2010) aponta que a velocidade com que circulam informações no meio informacional exige da escola uma adaptação às novas dinâmicas, sob pena de se tornar pouco atrativa aos estudantes. Cavalcanti (2010) reforça que a motivação dos alunos depende da construção de vínculos entre o conhecimento escolar e o cotidiano em que vivem, destacando a importância da relação entre conteúdo, currículo e realidade. Para Castellar (2010), tornar o ensino significativo implica considerar as vivências dos estudantes, seus saberes prévios e o contexto cultural ao qual pertencem.

Assim, práticas educativas tornam-se cada vez mais pontuais, tornando o ensino fragilizado, mecanizado e tecnicista, o que se reflete nos materiais didáticos, de acordo com Afonso (2015), tornando cada vez mais necessário o desenvolvimento de práticas contextualizadas.

4 ENTRE REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS: O RECORTE LOCAL COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA

A adoção do recorte local como estratégia pedagógica no ensino de Geografia representa um movimento fundamental para aproximar os conteúdos escolares da realidade vivida pelos estudantes. Ao considerar os territórios do entorno como objetos legítimos de investigação, o ensino deixa de ser uma abstração distante para tornar-se um processo significativo, contextualizado e participativo.

Azambuja (2019) afirma estarmos passando por um processo de renovação didática do ensino de Geografia, mas que exige mais do que a adoção de novos recursos ou atividades diferenciadas: demanda a reconstrução do conteúdo-forma do ensino, a partir de práticas que articulem o conhecimento sistematizado à realidade vivida pelos estudantes. Nesse contexto, o recorte local passa a ser não apenas uma escolha espacial, mas um ponto de partida para a construção de vínculos, da curiosidade investigativa e da formação de sujeitos geograficamente conscientes.

De acordo com Pitano e Noal (2015), o espaço vivido deve ser o ponto de partida para o desenvolvimento de qualquer conteúdo geográfico, permitindo que os alunos estabeleçam relações entre o local e o global, entre o vivido e o concebido. Assim, rompe-se com o ensino descritivo e enciclopedista que historicamente marcou a Geografia Escolar, ainda presente em muitos materiais didáticos.

O atlas escolar, quando fundamentado nessa perspectiva crítica e contextualizada, constitui-se como recurso pedagógico potente para mediar essa articulação. Ao privilegiar o lugar como objeto de estudo e reflexão, possibilita aos estudantes reconhecerem-se como sujeitos produtores do espaço, e não apenas como consumidores passivos de informações. Nesse sentido, o atlas torna-se um material que, ao representar a espacialidade do cotidiano, estimula o pensamento geográfico por meio de mapas, imagens, textos e outras linguagens que conectam o recorte local à totalidade espacial.

Souza (2012) reforça a importância dessa abordagem ao destacar que os conteúdos geográficos não devem se restringir a fenômenos globais distantes, mas precisam ser trabalhados em conexão com o cotidiano dos alunos, transformando o espaço vivido em um verdadeiro laboratório para a construção do conhecimento. Essa proposta não se limita a um localismo ingênuo, mas visa estabelecer uma ponte entre as diferentes escalas — local, regional, nacional e global — permitindo que o estudante compreenda a totalidade a partir da parte. Como afirma Milton Santos (1997), “o acontecer local é referido ao acontecer global”, e vice-versa.

5 APLICAÇÃO DO GEOPOTY EM BUSCA DA VALIDAÇÃO DOS MATERIAIS

Como forma de avaliação da validade da construção do GEOPOTY, realizou-se a aplicação do atlas em atividades pedagógicas com estudantes do Ensino Médio (Figura 1), por meio de oficinas que integraram teoria e prática. Essa etapa teve como objetivo verificar a adequação do material às necessidades e interesses dos alunos, bem como sua capacidade de promover uma compreensão crítica do território e das relações socioambientais locais. A participação ativa dos estudantes e o feedback coletado durante as oficinas foram fundamentais para identificar pontos fortes do atlas e aspectos passíveis de aprimoramento.

Figura 1 – Oficina de aplicação do Atlas.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

Além disso, a experimentação possibilitou observar como o GEOPOTY contribui para o engajamento dos estudantes, estimulando o protagonismo e o desenvolvimento de habilidades

de leitura cartográfica e análise territorial. A articulação entre mapas temáticos, imagens locais e atividades participativas mostrou-se eficaz para aproximar os conteúdos geográficos da realidade dos alunos, favorecendo uma aprendizagem significativa e contextualizada.

Como destacado por Carvalho (2012), a educação ambiental deve ir além da informação, problematizando as relações sociedade-natureza. O GEOPOTY facilitou essa abordagem ao contextualizar conflitos socioambientais locais, estimulando a análise territorial pelos alunos a partir da perspectiva do Potengi.

Essa avaliação inicial também indicou a importância do suporte dos professores durante a utilização do atlas, destacando a necessidade de formação docente para potencializar o uso dos materiais em sala de aula. As observações realizadas apontaram para a relevância de estratégias didáticas que integrem o GEOPOTY ao currículo e promovam práticas colaborativas de investigação do espaço.

6 CONCLUSÕES

O artigo destaca a relevância dos atlas escolares, especialmente o GEOPOTY, como ferramentas didáticas eficazes para promover uma educação geográfica crítica e contextualizada. A abordagem local do GEOPOTY, focada na Bacia Hidrográfica do Rio Potengi, demonstrou ter grande importância na conexão do conteúdo à realidade dos alunos, tornando a aprendizagem mais significativa e engajadora. A pesquisa bibliográfica e a aplicação do atlas em oficinas com estudantes do Ensino Médio confirmaram seu potencial em apoiar professores, aumentar o envolvimento dos alunos e servir como um recurso inclusivo e representativo no ensino de geografia.

Ademais, verifica-se que a integração da utilização de fotografias no GEOPOTY é um aspecto crucial pois transpõe a teoria à uma experiência mais concreta e amplia a compreensão do território vivido. Além disso, o trabalho ressalta a convergência entre a educação geográfica crítica e a educação ambiental crítica, buscando superar abordagens meramente descritivas e propondo uma leitura transformadora das relações sociedade-natureza.

Por fim, as oficinas de aplicação do projeto não apenas validaram o material, mas também evidenciaram a importância do suporte e da formação contínua dos professores para otimizar o uso de tais recursos em sala de aula. A experiência reforça que a adoção de um recorte local e a integração de múltiplas linguagens nos materiais didáticos são estratégias



pedagógicas potentes para desenvolver um pensamento geográfico crítico e promover a participação ativa dos estudantes na compreensão e transformação de seu entorno.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (GEOPROF) pelo suporte. À Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UFRN pelo apoio e incentivo às atividades que possibilitaram a realização das oficinas do projeto “Da sala de aula ao mapa: Aplicações da Cartografia Social no Ensino de Geografia” E ao GEOPEC pela colaboração durante o desenvolvimento do trabalho.

REFERÊNCIAS

- AZAMBUJA, Leonardo Dirceu de. O tema do estudo é o ensino de Geografia na Educação Básica. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 9, n. 17, p. 109–126, jan./jun. 2019.
- CALLAI, H. C. A Geografia ensinada: os desafios de uma educação geográfica. In: MORAIS, E. M. B. de; MORAES, L. B. de (org.). **Formação de professores: conteúdos e metodologias no ensino de geografia**. Goiânia: Vieira, 2010. p. 15-37.
- CASTELLAR, S. M. V. Educação geográfica: teorias e práticas docentes. In: MORAIS, E. M. B. de; MORAES, L. B. de (org.). **FORMAÇÃO DE PROFESSORES: conteúdos e metodologias no ensino de geografia**. Goiânia: Vieira, 2010. p. 39-56.
- CAVALCANTI, L. A Geografia escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas. **Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais**. Belo Horizonte, novembro de 2008.
- _____, L. de S. Geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas. In: SEMINÁRIO NACIONAL: Currículo em movimento – Perspectivas Atuais, 1., 2010, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte, nov. 2010.
- COSTA, K. E. S.; SILVA, T. R. F. A FOTOGRAFIA COMO RECURSO PEDAGÓGICO: POR UMA GEOGRAFIA URBANA DINÂMICA. In: Congresso Nacional de Educação, 2023, João Pessoa-PB. **Anais do Encontro Nacional de Educação**. Campina Grande-PB: Editora Realize, 2023. v. 9. p. 1-6.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). O que é um atlas. In: **Atlas Geográfico Escolar**. 6. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- LOUREIRO, C. F. B. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 131-152, 2006.
-



XXVIII Encontro Estadual de Geografia do Rio Grande do Norte – EGEORN
Geografia Potiguar: Dinâmicas Territoriais e Desafios Contemporâneos
08 a 11 de outubro de 2025, UFRN – Campus Central, Natal - RN

OLIVEIRA JÚNIOR, W. Fotografias e conhecimentos do lugar onde se vive: linguagem fotográfica e atlas municipais escolares. *In*: ALMEIDA, R. D. de. **Novos rumos da cartografia escolar: currículo, linguagem e tecnologia**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 13-35.

PITANO, Sandro de Castro; NOAL, Rosa Elena. O ensino da Geografia a partir da compreensão do contexto local e suas relações com a totalidade. **Geografia: Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 19, n. 1, p. 167–184, jan./abr. 2015.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2006.

SOUZA, Marcos Antonio de. Contextualizando os conteúdos na perspectiva global-local: uma proposta pedagógica para a disciplina de Geografia. **Geografia: Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 16, n. 2, p. 85–100, maio/ago. 2012.
